

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“Não existem atalhos fora da Constituição”

(Do general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército)

“Não queremos assistir mais à carteirada”, clama Requião

O poder sem limites

► **Contra isso se bate o senador Requião com seu Projeto de Lei sobre o que chama de “abuso de autoridade”. Cometido, por exemplo, pela Lava Jato**

Chega atrasado, mas ainda em boa hora, o projeto de lei relatado pelo senador Roberto Requião, informalmente chamado de “abuso de autoridade” e caracterizado pelo objetivo de combater crimes cometidos por funcionários públicos espalhados pelos diversos organismos do Estado. A Operação Lava Jato, pela conduta dolosa e ilegítima, é um exemplo desse abuso.

Essa ideia não é nova. Ela adormecia há quase dez anos, considerando que foi enviada ao Congresso, no primeiro governo Lula, pelo então ministro da Justiça Tarso Genro. Perdeu-se lá por razões que a própria razão desconhece.

Foi resgatada agora, entretanto, pelo senador Renan Calheiros, por razões conhecidas.

Pesa sobre ele uma dúzia de acusações geradas pelas investigações da Lava Jato, somadas a outro problema. Renan presidia o Senado, quando a casa foi invadida pela Polícia Federal a mando do passageiro ministro da Justiça Alexandre de Moraes, um advogado hoje refestelado em uma das cadeiras de espaldar alto do Supremo Tribunal Federal.

Foi típico abuso de autoridade. Mereceria punição exemplar, se a nova lei estivesse em vigor. Há, porém, uma resistência. O juiz Sergio Moro, unido aos procuradores de Curitiba, capitaneados por Deltan Dallagnol, vale-se da popularidade emanada da Lava Jato para torpedear o Projeto de Lei da autoridade abusiva.

Para Moro e Dallagnol, punir autoridade por crime de abuso decretaria o fim da Lava Jato. Não é verdade. Poderia ser, sim, no entanto, o fim do autoritarismo que eles empregam favorecidos pela omissão do Conselho Nacional de Justiça e pela simpatia majoritária dos 11 juízes que compõem o STF.

O contraponto com a Operação Lava Jato não deve inibir o Congresso sob pressão da mídia. Não haverá danos à investigação nem à punição de corruptos, desde que tudo se mantenha nos termos previstos no Projeto de Lei formulado por Requião e prestes a ser votado no Senado.

O senador relator tem pregado isto: “Não queremos assistir mais à ‘carteirada’, ao abuso de poder. E isso deve valer para todas as instituições: o Parlamento, o Judiciário, o Ministério Público, a polícia... enfim, os agentes públicos de forma geral, desde o fiscal de renda do município ao presidente da República”. Espera-se que nenhum senador, ao longo da tramitação, ponha jabuti na forquilha.

Há excessos nas ações policiais. E eles estão em posição mais próxima às populações pobres. Existe o clássico “pontapé na bunda” aplicado no suspeito forçado a entrar no camburão. A luta contra as arbitrariedades do poder no Brasil ainda não acabou. Há muita coisa escondida nas entrelinhas das leis em vigor. •





Se o pai esquece,
o filho lembra

Não faça o que faço

Parte do depoimento do delator da Odebrecht João Borba Filho queimou Rodrigo Maia, atual presidente da Câmara.

Identificado como “Botafogo” nos papéis da empreiteira, teria recebido pessoalmente 350 mil reais em espécie.

O pai dele, Cesar Maia, é apelidado de “Inca” no mesmo enredo. Maia era professor de economia na UFF, quando foi convocado a se filiar ao PDT.

Leonel Brizola teria lido e gostado do panfleto distribuído pelo acadêmico aos alunos intitulado “Do Uso do Dinheiro Público”.

O pai pode ter esquecido. O filho, se leu, parece ter gostado.

Intimidade vazada

Há um tom de achincalhe, ora de machismo, ora de mau gosto, nas relações de alguns dos ex-dirigentes da Odebrecht mostradas em vídeos.

A fonte do preconceito são os apelidos inspirados desastrosamente na vida

pessoal de políticos que buscavam ajuda financeira na companhia.

Para isso, contavam com a convivência da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Federal.

Parece coisa combinada entre os carrascos e os réus.

Greve geral

A greve geral anunciada para o dia 28 deste mês coincide com o centésimo ano da primeira greve geral no Brasil.

Articulada para valer em São Paulo e no Rio de Janeiro, durou cerca de 30 dias.

Impossível nos dias de hoje.

Vale agora o número de participantes no primeiro dia.

Clássico JB

O deputado Jair Bolsonaro (PRB) pode se confrontar na boca de urna, na eleição presidencial de 2018, com Joaquim Barbosa, ministro aposentado do STF e ainda cheio de dúvidas e sem filiação partidária.

A crítica dura aos políticos aproxima os dois. Por outro lado, o fascismo de

Bolsonaro os separa.

Identificados pelas letras iniciais do nome e sobrenome, “J” e “B”, há unidade entre eles no item falta de humor.

Ambos são irritadiços.

A força da grana

Algumas das mais famosas bancas de advocacia do País recusaram-se a encaminhar o cliente da Lava Jato para a delação.

Em tempo muito curto, no entanto, submeteram-se às regras do dinheiro.

Para se resguardarem, no entanto, contrataram jovens competentes e recém-formados para o trabalho “sujo”.

Compartilham os vencimentos.

Culpa do eleitor?

Ao longo de um debate, no plenário, entre os senadores da oposição e os do governo, surgiu, inesperadamente, uma explicação razoável para justificar o número dos parlamentares envolvidos no caixa 2.

O eleitor vota no ladrão e põe o eleito no Congresso.

Urbi et orbi

Do papa Francisco, ao declinar diplomaticamente do convite feito por Temer, em 2016, para visitar o Brasil.

“Sei bem que a crise que o País enfrenta não é de simples solução, uma vez que tem raízes sociopolítico-econômicas e não corresponde à Igreja e nem ao papa dar uma receita para resolver o problema.” Em suma, vamos deixar para depois.

mauriciodias@cartacapital.com.br